



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de São Carlos**

SUMÁRIO EXECUTIVO

São Carlos, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de São Carlos, objeto deste documento.



Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de São Carlos**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise. Cada uma delas se alinha a questões referentes às sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário;

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.



- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes utilizadas consistem, principalmente, das versões mais recentes de bancos de dados públicos como os mantidos por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando a produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A população da região, fortemente concentrada na cidade de São Carlos (lar de (59,1% do total), alcança 426.604 habitantes, que se distribuem por 7 municípios. Isso equivale a 0,9% do total estadual (45.919.049 moradores). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (0,9%) é semelhante ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (0,8%) e o 12º mais elevado entre todas as regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição assemelhada na comparação região-estado, mas regionalmente sub-representada de modo mais intenso entre jovens abaixo de 25 anos e sobrerrepresentada entre mulheres acima de 50 anos e homens acima de 45 anos, mas com destaque ainda maior entre idosos e idosas com mais 75 anos. Isso indica que o processo de transição demográfica possa estar em estágio mais avançado na região, o que influencia a disponibilidade da população economicamente ativa (PEA) e, conseqüentemente, a dinâmica econômica e a natureza dos serviços públicos mais demandados.

Complementarmente, tem-se que a razão de sexos (98 homens/100 mulheres) é a 15ª maior do estado, ante a 14ª maior razão de dependência, métrica que indica a presença de



44 jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos. O índice de envelhecimento (63 idosos/100 jovens) é 18,7% superior ao restante do estado, o que a torna a 9ª mais envelhecida do Estado de São Paulo.

A respeito da taxa de fecundidade regional, esta se mostra reduzida (1,60 filho/mulher), sendo cerca de 5,1% inferior à média estadual (1,68) e a 17ª dentre todas as regiões paulistas. Distributivamente, a fecundidade atinge ápice entre as mulheres de 20 a 34 anos, padrão mais envelhecido que o estadual. A combinação de fecundidade total abaixo do nível de reposição populacional (2,1 filhos/mulher) e baixa participação de grupos etários formados por crianças e adolescentes na pirâmide etária é indicativo de possível dificuldade futura de suprimento interno à região de mão-de-obra em idade economicamente ativa.

Por fim, a taxa bruta de mortalidade (TBM) regional (7,0 óbitos/1.000 habitantes) é cerca de 7,2% superior à estadual (6,6). A maior presença de idosos na região de São Carlos pode ajudar a explicar a maior mortalidade regional, dado que tal grupo tende a ser mais vulnerável às principais causas de mortalidade observadas: doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, bem como de neoplasmas.

Em termos de grupos etários, nota-se mortalidade menor na região nos grupos de 0-9 e de 15-29 anos, entre homens, bem como de 15-24 e de 30-39 anos, entre as mulheres. Por outro lado, entre meninos com idades de 10-14 e mulheres de 5-9 e de 25-29 anos, as taxas específicas de mortalidade se mostram maiores na região. Essa mortalidade comparativamente mais elevada de grupos jovens ajudam a acentuar sua baixa representatividade na demografia regional.

Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região de São Carlos, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A esse respeito, a região apresenta, na comparação com o estado, números inferiores de matrícula por docente em todas as etapas dos ensinos fundamental e médio. Pode-se caracterizar a região como um local dependente do ensino público, uma vez que a rede pública concentra, em cada etapa da Educação Básica, não menos do que $\frac{3}{4}$ das matrículas totais.



Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio e de que exista baixa variedade de cursos federais na região, a qual engloba apenas 3 dos 22 eixos temáticos, a saber, mecânica (152 inscritos, ou 47,8% do total), gestão e negócios (91, ou 28,6%) e informática (75, ou 23,6%), cujas presenças podem indicar demandas específicas da região de São Carlos.

Quanto aos dados mais atuais do IDEB (2019), 100,0% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, frente ao nível também elevado de 89,3% no estado. Nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como no ensino médio, o não atingimento das metas do IDEB também é realidade, embora se dê em patamares menores, respectivamente 42,9% e 28,6%.

Isso não significa automaticamente, porém, que a qualidade aferida no ensino médio seja superior, uma vez que as metas são heterogêneas e definidas para cada localidade bem como para cada etapa de ensino de modo isolado. Na realidade, um olhar mais aprofundado indica que, segundo os 2 indicadores-chave do IDEB – fluxo escolar e médias de desempenho em avaliações – as médias do ensino médio são inferiores (4,5, na região, e 4,1, no estado) quando confrontadas

com às do ensino fundamental em seus anos iniciais (6,5 em ambos) e finais (5,2, na região, e 5,1, no estado).

Por fim, o ensino superior na região é significativamente vinculado ao setor público (72,0% das matrículas) e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados à área de engenharia, produção e construção (27% ante 15% no estado) bem como por ciências naturais, matemática e estatística (7% ante 1%) e agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (7% ante 2%), ainda que a preferência pelos dois últimos se dê em menor escala. Por outro lado, mostram-se marcadamente sub-representados os cursos das áreas de negócios, administração e direito (12% ante 31% no estado) e saúde e bem-estar (11% ante 17%).

A região possui 6 instituições de ensino superior (2 públicas e 4 privadas), sendo 1 universidade, 1 centros universitários e 4 faculdades. Vale ressaltar que a quase totalidade das matrículas se dá na modalidade presencial (97,8%, ou 18.066 matrículas), padrão distinto daquele verificado para o conjunto do estado (73,6%, ou 1.643.637) o que mostra que o ensino superior à distância ainda é, em perspectiva comparada, uma modalidade incipiente na região.



2.3 Características da área de saúde

Os 7 municípios da região respondem por cerca de 1,6% (ou 1.405) do total de 86.020 estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Assim sendo, a região se mostra sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (0,9%, ou 426.604 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se que há na região uma ênfase na rede ambulatorial de média complexidade, que representa cerca de 2/3 dos estabelecimentos de saúde na região de São Carlos (66,0%). Tal participação se mostra 5,5% maior do que o índice estadual (62,6%), superioridade que volta a se repetir na rede ambulatorial de alta complexidade que, embora pouco representativa em número de estabelecimentos (43 unidades, ou 3,1% do total regional), é 27,2% mais presente na rede regional.

Com relação às unidades ambulatoriais de média complexidade, vale ainda enfatizar que quase todas as 928 existentes na região (ou 99,7% delas) referem-se a equipamentos das redes municipais de saúde, distribuição consonante ao observado no conjunto do estado (99,3%).

Apesar da boa oferta de estabelecimentos de saúde quando comparada às demais áreas do estado, a região de São Carlos se encontra subequipada quanto à disponibilidade, por 100.000 habitantes, de leitos em UTI (-38,2%) e de ventiladores pulmonares (-26,5%). Já para leitos de internação hospitalar (+7,2%) ela está sobre-equipada. Os 3 equipamentos se mostram essenciais no enfrentamento da pandemia de COVID-19 e a indisponibilidade de algum deles evidencia gargalo importante.

As causas mais comuns de internação na região foram gravidez, parto e puerpério (XV), doenças do aparelho circulatório (IX), doenças do aparelho digestivo (XI) e lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (XIX).

Comparativamente, deve-se destacar que embora a gravidez, parto e puerpério sejam as principais causas de internação na região, sua incidência é menor do que aquela apresentada pelo Estado de São Paulo (-22,5%). Essa constatação está em consonância com a taxa de fecundidade total da região, 12% menor do que no conjunto do estado (1,60 ante 1,68 filho/mulher). De modo inverso, sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte (XVIII), mesmo representando apenas 5,3% das causas de internações, situam-se em um



patamar 194,5% maior na comparação com as demais regiões do estado

Em relação ao perfil de mortalidade dos 7 municípios da região de São Carlos, nota-se alta participação de doenças do aparelho circulatório (IX) e do aparelho respiratório (X), bem como de neoplasmas (II), nos óbitos registrados.

Vale ainda mencionar os casos de maior descompasso região-estado entre as causas de mortalidade. Por um lado, ao serem desconsideradas as enfermidades com reduzido número absoluto de mortes no Estado de São Paulo ao longo do ano – casos dos grupos VII (4 óbitos) e VII (42 mortes) – destacam-se as mortes atreladas à gravidez, parto e puerpério (XV). Apesar de terem incidência de internações 22,5% menor na região, elas respondem por parcela 36,6% maior nas mortes entre os municípios da região de São Carlos, algo que pode sugerir menor êxito regional na recuperação da paciente internada, ou até mesmo a sua não internação e posterior morte. É importante mencionar, no entanto, que algumas afecções originadas no período perinatal (XVI), causas com estreita relação ao grupo XV, são justamente aquelas com menor incidência ante o restante do estado (-37,5%).

2.4 Características da Assistência Social

A região apresenta volume de equipamentos de serviços públicos proporcionalmente superior à sua representação populacional. Embora a análise não explicita diretamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos, a cobertura na região é coerente. A região possui 12 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 4 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respondendo por cerca de 1,1% e 1,3%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no Estado de São Paulo. Há ainda 1 unidade dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), 65 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência e 17 Unidades de Acolhimento, equipamento público destinado ao acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 29.423 famílias cadastradas no Cadastro Único (0,7% do total estadual), a região possui um perfil diversificado que abrange indígenas, quilombolas, agricultores familiares, famílias em assentamentos de reforma agrária, catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua. Dentre todas essas classificações de famílias cadastradas no CadÚnico, o dado que se

destaca é que a região de São Carlos responde por 2,2% das famílias indígenas paulistas na base de dados, percentual 131,9% superior à participação demográfica da região no total estadual. Também há sobre-representação regional, em menor grau, entre as famílias de catadores de materiais recicláveis e de assentamentos de reforma agrária. A constatação desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

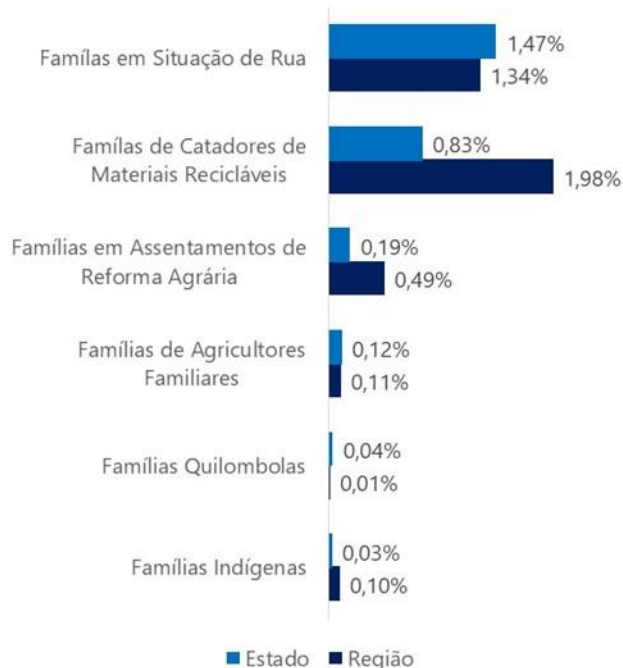


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação ao CadÚnico e à pobreza, a região de São Carlos possui -22,7% cadastrados do

que a média das demais regiões. A situação da extrema pobreza também é, comparativamente, menos crítica, uma vez que o contingente populacional vivendo em tal situação de vulnerabilidade é 9,2% menor na região ante o Estado de São Paulo. Ressalta-se, porém, que tal situação não deve ser superestimada, dado que 7,9% da população total da região se encontra em situação de extrema pobreza.

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos da região recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família (8,4% das famílias). A região ocupa posição inferior (22º lugar) no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica menor vulnerabilidade socioeconômica na região quando comparada às demais regiões paulistas.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia de COVID-19, é o auxílio emergencial. São Carlos ocupa a última posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que 8,0% da sua população é recebedora do auxílio emergencial (ante média estadual de 9%).

Como consequência histórica da infraestrutura social disponível para a população, a região apresenta, tanto para o Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)², níveis próximos para as dimensões educação, longevidade – ambas um pouco mais elevadas – e renda, esta última em nível pouco inferior, quando comparadas à média paulista. Frente às demais regiões de articuladores, ela se situa em patamar elevado para as dimensões longevidade (1ª posição) e educação (5ª) e intermediário para renda (11ª). Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração deles no grupo dinâmico, característica ainda mais acentuada quando se analisa o local de residência da população. Em contrapartida, ao se comparar com o Estado, a população residente em municípios classificados como desiguais se mostra extremamente reduzida bem como inexistem indivíduos vivendo em cidades consideradas vulneráveis.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

A análise do PIB revela particularidades dos indicadores regionais frente aos do Estado e das demais regiões de articuladores. Ademais,

um olhar sobre o PIB intrarregional evidencia que os municípios pertencentes à região de São Carlos são bastante diversos, com certas localidades podendo ser consideradas ricas e outras pobres. Tal discrepância indica que o desempenho econômico não pode ser unicamente explicado por fatores geográficos e que há potencial de crescimento na região, caso municípios com baixa geração de riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

Embora apresente PIB per capita de apenas 83,9% do valor médio do estado, verifica-se que, na comparação com as demais regiões, São Carlos se trata de uma região em patamar intermediário de desenvolvimento econômico (10º lugar).



Figura 3: PIB per capita na região de São Carlos em comparação com a média estadual

² O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional de São Carlos (+83,2%), demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica, que tende a gerar menores valores de PIB per capita. Entretanto, ainda que regionalmente mais representativa, a participação da agropecuária na composição do PIB se dá em nível baixo (3,7% do total).

Além da vocação para a agropecuária, observam-se índices moderados de industrialização na região (32,6% do PIB), em patamar 53,6% acima daquilo observado no restante do estado (21,2%). Dessa forma, há na indústria alternativa de agregação de valor para a cadeia produtiva iniciada na agropecuária.

Embora os setores de serviços e comércio sejam responsáveis pela maior parcela do PIB regional (52,3% da produção econômica), sua representatividade é 22,1% menor em relação à média estadual (67,1%). Por fim, chama a atenção a representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB (+17,7% ante o estado), o que indica a existência de oportunidade para que a iniciativa privada participe mais intensamente do desenvolvimento econômico da região.



Figura 4: Composição do PIB setorial na região de São Carlos em comparação com o restante do Estado

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que São Carlos possui maior prevalência de microempresas (+31,9%) quando comparadas ao restante do estado, o que demonstra a importância de políticas que incentivem este tipo de empreendimento. Já as pequenas empresas têm participação semelhante ao restante do estado. A importância das MPEs para o total de vínculos varia entre 32,0% e 58,5%, sendo que a região se encontra em uma posição intermediária (16ª), com 46,7% dos vínculos formais de emprego relacionados a MPEs. Verifica-se maior importância de grandes empresas na geração de vínculos empregatícios na região (39,8% do total). Ainda assim, as grandes empresas empregam, na média, menos pessoas do que no restante do estado (-13,9%).

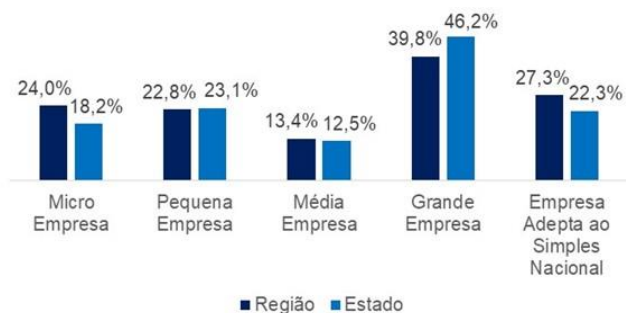


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de São Carlos em comparação com o restante do Estado

Por se tratar de uma região com menor desenvolvimento econômico, o rendimento médio dos trabalhadores é inferior àquele observado no restante do estado, independentemente do porte da empresa. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores recebem o equivalente a 89,6% da média estadual. A região de São Carlos é a 9ª entre aquelas com maiores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB per capita na região (10º maior do estado).

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível mais baixo, quando comparado às demais

regiões do estado. Para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há 392,6 vínculos formais, o que indica uma formalidade superior (8ª colocação) frente às outras regiões.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do estado foi aferido o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos) e indicam que a região apresenta 94,2 MEIs registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos. Isso a situa em nível superior (5ª colocação) quando comparada às demais regiões de articuladores, cujos resultados variaram de 78, na região de Barretos, a 100, no município de São Paulo (Capital Leste somada à Capital Sul).

A análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais por atividade produtiva confirma que há vocação para o setor agropecuário. Nesse contexto, a atividade de maior destaque comparado é a pecuária, inclusive o apoio à pecuária (+866,7%), responsável por 1,6% do total de vínculos formais na região, mas por apenas 0,2% no conjunto do Estado de São Paulo. Esse padrão



de sobrerrepresentação regional também se repete entre as MPEs (+207,7%).

Outras atividades que combinam alta participação no total de vínculos formais na região (>1,0% do total) e expressiva sobrerrepresentação ante o conjunto do estado são (i) a fabricação de máquinas e equipamentos elétricos (+503,3% no total e +56,8% entre MPE), (iii) a fabricação de produtos de minerais não-metálicos (+411,0% no total e +294,8% entre MPEs), (iv) o transporte aéreo (+339,0% no total mas ausente entre MPEs), (v) a fabricação de biocombustíveis (+221,5% no total e +244,4% entre MPEs), (vi) a fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas (+203,5% no total e +29,3% entre MPEs) e (vii) a fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos (+174,6% no total e +29,6% entre MPEs).

Vale ressaltar o potencial sinérgico existente entre as atividades supracitadas, o qual permitiria abarcar os setores agropecuário, industrial e de serviços na mesma cadeia produtiva. A existência regional de atividades que englobam setores diversos da economia permite reter regionalmente maior parcela das receitas advindas das cadeias produtivas desde suas fases mais iniciais.

3.4 Atividades econômicas

Na região existe grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (58,1%), que em sua maioria aderem ao programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal (Pronaf). Entre os 1.951 estabelecimentos agrícolas registrados nos 7 municípios da região de São Carlos, 761 (39,0%) aderiram ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), número 15,5% superior ao restante do estado (33,8%).

A análise do tipo de produção agropecuária predominante na região oferece indícios sobre sua vocação agrária e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo. Nesse sentido, é possível constatar que a pecuária e criação de outros animais é a atividade predominante com presença em 963 estabelecimentos (49,4%), mas com participação relativa 4,8% menor do que aquela observada no conjunto do Estado de São Paulo (51,8% do total).

Também assumem destaque regionalmente a produção de lavouras temporárias (29,1%), a horticultura e floricultura (8,6%) bem como a produção de lavouras permanentes (8,4%). No entanto, entre elas apenas as lavouras temporárias estão sobrerrepresentadas regionalmente (+64,7%) ao passo que todas as demais, mesmo com participação não



negligenciável no total, encontram-se sub-representadas na comparação região-estado.

3.5 Associativismo e assessoria técnica para estabelecimentos

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 45,2% aderem a algum tipo de associação, em especial a cooperativas (84,7% dos estabelecimentos associados), seguidas pelas entidades de classe/sindicatos (30,2%). A elevada aderência dos agricultores a algum tipo de associação coloca a região de São Carlos na 6ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 44,2% dos estabelecimentos agrícolas da região têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria (56,9% do total), seguida pelas cooperativas (45,1%). É importante ressaltar, ainda, a baixa participação dos governos federal, estadual e municipal (3,2%) e da assessoria proveniente do Sistema S (0,3%), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidades de acesso a uma assessoria privada.

3.6 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico a situação no Estado de

São Paulo é a seguinte: (i) aumento da taxa de desocupação, (ii) estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), (iii) redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, (iv) redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, (v) aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, (vi) redução da taxa de informalidade e (vii) impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Na região de São Carlos, os dados para o período de janeiro a julho de 2020 revelam que houve perda de 459 vagas formais na região. Considerando-se apenas os meses mais críticos – de março a junho – a região apresentou saldo negativo de -5.084 vagas no quadrimestre. Vale ressaltar que o momento de maior supressão de empregos no ano se deu nos meses de março a maio (-4.705 vagas), período de grandes incertezas, maiores restrições às atividades e que antecedeu a implementação pelo governo paulista do Plano São Paulo para convívio com a pandemia, algo ocorrido a partir do mês de junho. Já nesse mês houve queda de 65% na intensidade do saldo negativo de vagas (-379 vagas ante -1.096, em maio) seguida de reversão, em julho, da

tendência de maiores desligamentos observada desde março de 2020.

Estruturalmente, tem-se que as MPEs foram mais afetadas (-6,7%), mesmo que em menor proporção do que a média estadual (-10,7%). Por outro lado, o nível de empregos se viu menos impactado nas empresas médias e grandes tanto na região, onde chegaram, inclusive a apontar tendência positiva (+5,2%), quanto em âmbito estadual (-2,9%). De qualquer forma, o menor impacto da crise na economia regional pode ser explicado em grande parte pelas vocações econômicas que direcionam a economia regional para a agropecuária e indústria e a tornam comparativamente menos dependente de comércio e serviços, setores que foram mais afetados pela diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia .

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A região ostenta a 20ª maior receita per capita dentre as regiões de articuladores analisadas, em nível 13,9% abaixo da média estadual (R\$ 3.368,65 ante R\$ 3.910,65) e com grande heterogeneidade entre os 7 municípios. Por sua vez uma característica comum às cidades da região é a dependência de receitas obtidas por meio de transferências, com maior participação

no total (62,3%) do que as receitas próprias. A esse respeito, o conjunto das 7 cidades apresenta participação 29,3% menor das receitas próprias do que a média do Estado de São Paulo.

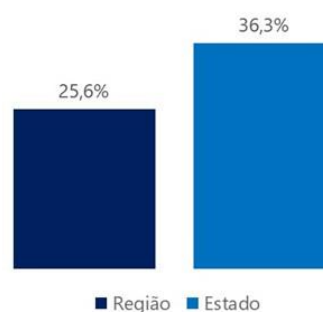


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, os padrões da região e do conjunto do estado são semelhantes e apontam para uma maior importância das transferências estaduais ante as federais. As distribuições se dão, entretanto, em patamares distintos, uma vez que há, na região, menor concentração (-6,2%) em transferências estaduais (45,8% ante 48,9%) e nível maior de participação (+18,2%) de transferências federais (36,8% ante 31,1%).

Do ponto de vista das despesas, a região de São Carlos tem um valor de gastos per capita (R\$ 2.708,42) 18,4% inferior ao restante do estado de São Paulo (R\$ 3.317,68), algo condizente às menores receitas por habitante da região. Em comparação às demais regiões,



as despesas per capita se situam em patamar inferior (20ª posição).

Na análise do perfil de gastos, percebe-se maiores despesas do que o conjunto paulista nas dimensões Saúde (+16,2%), Educação (+8,2%), Assistência Social (+2,8%) e, especialmente, Agricultura (+31,7%). Nas demais áreas, tais como transportes e urbanismo – aqui agregadas como ‘Outras’ – o patamar regional (40,4%) é 13,3% inferior à média paulista (46,5%).

De modo complementar, a região despende +13,4% com pessoal como proporção da receita corrente líquida (RCL) ante a totalidade do estado. Isso exerce impacto direto na classificação dos municípios segundo o respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Vale destacar, que todos os 7 municípios da região estão em conformidade à LRF, participação 35,5% acima do conjunto estadual (73,8%).

Os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) municipais mostram que a região não possui nenhum de seus municípios com nota final CAPAG no nível A ante participação de 9,9% no conjunto do estado. Soma-se a isso o fato de que 4 cidades (57,1% do total) não disponibilizaram dados completos que permitissem sua classificação, o que gerou importante lacuna informacional.

Ao se analisar cada indicador separadamente, tem-se que a região de São Carlos possui uma distribuição de notas de endividamento assemelhada àquela do estado, com predominância em ambas da classificação mais alta (A). Padrão similar ocorre para as notas de liquidez, em que a participação de cidades com nota A é ligeiramente mais favorável em âmbito regional (+3,2%, ou 57,1% ante 55,3%). Entretanto, para o indicador de poupança corrente tanto a região quanto o conjunto do Estado de São Paulo apresentam percentuais bem mais modestos de localidades que ostentam a nota A, respectivamente 28,6% e 17,1%. Em linhas gerais, verifica-se, pois, a existência de possível gargalo para a saúde financeira dos municípios da região atrelado à relação desfavorável de receitas e despesas correntes.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

Existe enorme discrepância na sua implementação, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal as torne mandatória tendem a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como Saúde (exigência do SUS), Educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Ainda assim, notam-se diferenças entre elas já que planos setoriais são praticamente onipresentes para as 2 primeiras



áreas ao passo que estão em vigor em apenas 42,9% das localidades da região quando o tema sob análise é a Assistência Social.

Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres (0% das cidades) e segurança alimentar (0%). De modo complementar há ainda setores como Resíduos Sólidos (planejado em 14,3% das cidades) e Habitação (57,1%) que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social). Por fim, também merece menção o maior planejamento da área de Desenvolvimento Urbano (+34,0%) na comparação região-estado.

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa tendem a sobressair quanto ao associativismo territorial, como é o caso da Saúde. Líder tanto nacional (50%) quanto em âmbito estadual (36,7%) na participação de municípios em consórcios, essa

não é uma realidade condizente à região (14,3%). Ainda assim, é na área da Saúde que existe o único consórcio envolvendo 1 das 7 cidades da região de São Carlos.

Vale mencionar que a área da Educação é usualmente pouco propensa ao associativismo territorial, pois a distribuição de redes de ensino por nível de governo e a forma como a política é financiada estimulam mais a autonomia do que a visão consorciada. Isso explicaria a ausência regional de consórcios da área, bem como sua baixa presença no Estado de São Paulo. No caso da Assistência Social, a lógica de planejamento regional, mimetizada da Saúde, é mais recente (por exemplo, a construção de Centros de Referência Especializado – CREAS) e não tem sido suficiente para mobilizar esforços mais cooperativos. No país como um todo não são mais de 8% das cidades consorciadas nessa área, conforme dados de 2015. Também no Meio-Ambiente, área na qual o consorciamento, no Brasil, cresceu em 235% de 2005 a 2015, e no Saneamento Básico, cuja expansão nacional nos últimos 10 anos foi da ordem de 94%, observa-se a inexistência de consórcios na região, mesma situação do Manejo de Resíduos Sólidos (-74,2%), o que contradiz determinação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para que cidades que desejem receber



transferências voluntárias da União estejam consorciadas.

De forma geral, a região de São Carlos apresenta uma propensão ao consorciamento de -75,1% ante a média estadual (57,4%), ao menos para o agregado das áreas de políticas públicas analisadas. Um indicador desse tipo pode servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar quais estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

No caso da Lei Geral, ressaltando-se a defasagem dos dados (atualizados em 2014), há maior adesão na região de São Carlos ante o conjunto do Estado de São Paulo (+35,1%). O mesmo ocorre a respeito das Políticas de Desenvolvimento (+309,5%) e do conjunto de Sala do Empreendedor e SEBRAE Aqui (+78,3%). Já na implantação da Via Rápida Empresa, há sub-representação regional ante o estado (-37,7%). O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance.

Em relação à performance comparada da região em relação às demais, os dados revelam que São Carlos não se encontra entre as mais

bem classificadas na implementação dos seguintes instrumentos de gestão local: (i) Lei Geral (11ª posição), (ii) Via Rápida Empresa (26ª) e (iii) presença do SEBRAE Aqui (11ª). Já a respeito da Sala do Empreendedor a região se encontra na 4ª colocação. Esses tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue. Pela ótica da desburocratização (+98,9%), do uso do poder de compras (+31,6%) e dos agentes de desenvolvimento (+57,5%) a região se encontra mais presente no estágio mais avançado em relação ao conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, na Rede Simples região e estado estão em patamar semelhante de implementação e inexistem cidades em estágio avançado.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da



área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença de mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, mostra-se relevante que o SEBRAE-SP contribua na capacitação das prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de

atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que exista a possibilidade de sua expansão uma vez que 25% das prefeituras não organizam feiras municipais. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao



SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária relativa às compras governamentais, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras e há alta frequência a cursos de atualização e de capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de

incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de São Carlos, há espaço para evolução no processo de compras, em especial devido a que 46,5% das compras são realizadas por meio de dispensa de licitação (+311,7% ante o estado). É importante salientar que, infelizmente, as informações disponíveis trazem elevada proporção do tipo “outros/não aplicável”, impossibilitando a identificação do mecanismo de implementação das compras para parcela significativa das aquisições (28,4%).

Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação, a dispensa de licitação também é prática recorrente (9,6% das compras). Observa-se, porém, o uso preponderante do pregão eletrônico (73,2%) e pequena parcela de aquisições do tipo “outros/não aplicável” (1,3%), o que é positivo. Por fim, nota-se espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional



para este tipo de compra é mais baixo do que a média estadual.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa primária de inclusão produtiva mostrou um universo de respondentes diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da

demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos



incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público-alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região de São Carlos, todos os gestores municipais relatam não haver diagnósticos ou estudos sobre desafios da inclusão produtiva. Destaca-se que a participação municipal em ações para a geração de trabalho e renda (100%) é superior do que em projetos de inclusão produtiva rural (71,4%).

No campo das ações de inclusão produtiva rural, as cidades investem mais na compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE e PAA. Por outro lado, ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos são as menos presentes, sendo adotadas por apenas 1 cidade da região de São Carlos.

A qualificação profissional e a intermediação da mão-de-obra são atividades amplamente desenvolvidas, abrangendo 100,0% das cidades da região. Essa pode ser uma questão que mereça atenção no suporte técnico do SEBRAE-SP junto às cidades da região.

Na área da inclusão produtiva urbana apenas 2 das 7 cidades desenvolvem ações. Ambas atuam no fomento a atividades produtivas (artesanato ou empreendimentos individuais ou coletivos urbanos), na assistência técnico-gerecncial a empreendimentos individuais urbanos (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais) e nas ações de apoio logístico como doação de equipamentos. Já as ações de incubação de negócios são desenvolvidas por só um dos municípios.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a maioria das cidades da região desenvolve esse tipo de ação (71,4% das cidades). Destaque para o fato de que todas as cidades da região que participam de ações na área dispõem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, são inexistentes as ações de acesso a crédito do Proger urbano, ante penetração de 9,1% no conjunto de municípios do Estado de São Paulo.

Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é disseminada na região,



mas 28,6% das cidades ainda não possuem iniciativas nesse campo. O foco das ações parece bem equilibrado ao incorporar tanto projetos de comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários quanto de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e à economia solidária.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de São Carlos, mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, ainda que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Por outro lado, não é pequena a proporção de cidades que não possuem iniciativas na área, o que indica espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações finais

Considerando-se a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de São Carlos é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Inicialmente, há que se ressaltar que todas as análises apresentadas ao longo deste relatório tomam por base uma região de porte limitado tanto em número de municípios que a compõe (7) quanto em termos de população regional (426.604 habitantes, ou 0,9% do total paulista), a qual se encontra fortemente concentrada em uma única cidade – São Carlos – onde vivem 59,1% dos moradores da região.
2. Importância de considerar-se a existência de municípios de menor porte na região (apenas 2 superam a marca de 40 mil habitantes), o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica. Nesse caso, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas de forma a que se possa gerar economias de escala.
3. População mais envelhecida na região (+18,7%) ante a média estadual. Populações mais envelhecidas afetam a disponibilidade da PEA e, conseqüentemente, tendem a influenciar a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.
4. A população mais envelhecida resulta, também, em menor fecundidade na região de São Carlos, a qual se encontra apenas



na 26ª posição frente as demais áreas do estado e, conseqüentemente, em menor crescimento demográfico.

5. Educação básica majoritariamente pública. Em todas as etapas de ensino notam-se médias de matrículas por docente na região inferiores às estaduais, o que indica subutilização dos recursos humanos de docentes comparativamente ao conjunto do Estado de São Paulo. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando a avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais. A esse respeito, nota-se baixa variedade de cursos federais já que apenas 3 dos 22 eixos temáticos são ofertados na região.
6. Qualidade do ensino é um tema relevante. As notas do IDEB mostram-se assemelhadas entre a região e o estado, mas indicam patamares decrescentes de qualidade na aprendizagem dos alunos ao longo das diversas etapas de ensino. Em termos das metas locais do IDEB, o descumprimento atinge 42,9% das cidades para os anos iniciais e 100% para os anos finais do ensino fundamental, bem como 28,6% delas para o ensino médio.
7. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais

trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).

8. O ensino superior na região é significativamente dependente do setor público e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a engenharia, produção e construção (27% ante 15% no estado). Possivelmente, isso é reflexo dos campi sediados na cidade de São Carlos de universidades federal (UFSCar) e estadual (USP) com forte ênfase nas áreas em questão. Implementar políticas que estimulem o enraizamento na região da mão-de-obra qualificada e jovem oriunda dessas instituições é importante alternativa de desenvolvimento regional e, inclusive, de atenuar o envelhecimento demográfico observado.
9. Estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de média e de alta complexidades. A região também se mostra sobre-equipada na média de leitos de internação por habitante, porém subequipada na disponibilidade de leitos em UTI e na disponibilidade de respiradores, o que evidencia gargalo importante no



enfrentamento da atual pandemia de coronavírus. Diante da tendência de envelhecimento da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios a serem enfrentados, ainda mais considerando-se que a demanda deva crescer no cenário pós-pandemia. O consorciamento se destaca como resposta essencial a ser construída ou aprofundada no enfrentamento dessa questão.

10. Em termos de mortalidade, observamos nos extremos da comparação região-estado, a sobrerrepresentação (+36,6%) de complicações atreladas a gravidez, parto e puerpério (XV) bem como a sub-representação (-37,5%) de algumas afecções originadas no período perinatal (XVI). O bom desempenho no controle de complicações do período perinatal indica que há na região capacidade para diminuição da mortalidade por causas do grupo XV. Além do efeito direto da preservação dessas vidas, a redução das mortes causadas pelo grupo XV contribuiria para atenuar a tendência de envelhecimento e baixo crescimento demográfico na região.

11. A assistência social se encontra proporcionalmente melhor posicionada do que o restante do estado no quesito oferta de equipamentos públicos. A partir da

análise da extrema pobreza na região, tem-se que a vulnerabilidade social é mais baixa. Também é mais baixa a penetração tanto do programa Bolsa Família quanto do auxílio emergencial quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo. Ainda assim, políticas de inclusão produtiva e de assistência social não deixam de ser importantes na região.

12. Vulnerabilidade social comparativamente menor em termos de população vivendo em extrema pobreza e de inscrições no CadÚnico. A respeito do IDHM, os números regionais são equivalentes à média estadual. No entanto, o PIB per capita mostra-se inferior à média estadual.

13. Há concentração na região de municípios classificados como dinâmicos, algo ainda mais acentuado quando se analisa o local de residência da população. Ademais, é positivo que, comparativamente, menos pessoas habitem cidades consideradas desiguais e que inexistam cidades classificadas como vulneráveis.

14. Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal



pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

15. Economia regional com sobre-representação da agropecuária (+83,2%) – com grande presença da agricultura familiar – e da indústria (+53,6%) ante o restante do estado, embora o setor de comércio e serviços seja o responsável por maior parcela do PIB regional. Essas características indicam caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento que potencializem e diversifiquem esses setores.

16. No campo do desenvolvimento econômico, ainda que a região seja caracterizada pela presença da agropecuária e pela indústria, deveriam ser analisadas as possibilidades de conectar a modernização econômica às vocações regionais dominantes. Nesse sentido um possível segmento é representado pela indústria de fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos, que é uma vocação econômica e poderia potencializar a produtividade e agregação de valor na cadeia produtiva iniciada na agropecuária.

17. Quantidade de MEIs maior que a média estadual nos setores agropecuário e industrial, mas proporcionalmente menor em serviços e comércio. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária, que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.

18. Informalidade mais baixa na região, porém ainda com potencial de redução através da expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras.

19. Região comparativamente caracterizada por mais elevado nível de associativismo entre produtores rurais ante o restante do estado. Entretanto, o patamar de 45,2% de associativismo mostra ainda existir caminho aberto para incentivo a esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura familiar mostra o potencial para o apoio técnico a esses produtores e para o campo das compras governamentais.

20. Sistema S com reduzida atuação de assistência técnica mostra um espaço de



crescimento dessas atividades junto às empresas. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.

21. O setor público também se mostra pouco atuante como provedor de assistência técnica (3,2% do total), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidades de acesso a uma assessoria privada bem como contribuir para o baixo percentual de estabelecimentos agrícolas com acesso a algum tipo de apoio às suas atividades (44,2%).
22. Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPEs, mas a região se viu menos prejudicada do que o restante do Estado de São Paulo. Isso é possivelmente explicado por que regiões com maior atuação do setor de comércio e serviços foram as mais afetadas pela situação sanitária e, comparativamente, há sobrerrepresentação regional da atividade agropecuária e da indústria. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.
23. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com volumes menores de receitas advindas do governo federal, padrão similar ao observado no restante das regiões de articuladores, também mais dependente das receitas estaduais. Percentual de receitas próprias abaixo da média do estado. Claramente devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.
24. Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar mais do que a média estadual. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.
25. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números tendem a ser mais



modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.

26. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.

27. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades), que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP. Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.

28. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Destaca-se, no entanto, que apenas 1 cidade da região participa de consórcio, o que se dá na área da Saúde. Outra

informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, para o SEBRAE-SP revela-se a importância da oferta de apoio técnico para a instalação de consórcios e para a capacitação das prefeituras a fim de que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda.

29. A presença expressiva de associações, cooperativas e grupos informais também indica a existência de espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.

30. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras



governamentais e associativismo e cooperativismo.

31. Ações de inclusão produtiva se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, ainda que de modo heterogêneo. A existência, porém, de cidades que não possuem iniciativas na área indica espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.